

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO *SE*: 1.*SE* PASSIVO?

Odete Pereira da Silva Menon *

Um dos problemas com que se defrontam os autores de gramática é o de definir o estatuto de *se* em português. Antigamente eram as listas de funções da palavra *se*, seguindo o mesmo modelo que indicava quais as inúmeras funções de *que*. Atualmente a apresentação mudou mas as dúvidas continuam as mesmas. O número de *ses* pode variar de um autor a outro, segundo distinga ou não uma função recíproca e uma função reflexiva, por exemplo, quando o verbo está na terceira pessoa do plural com sujeito no plural ou composto. Existe também a função do *se* na construção chamada *passiva sintética* ou *pronominal*, em que o *se* tanto pode ser chamado de *índice de indeterminação do sujeito* como de *partícula apassivadora* ou, ainda, pode ser considerado como sujeito do verbo (que se encontra na voz ativa, neste tipo de construção).

Entretanto, mesmo que as interpretações e explicações sejam tão divergentes, há vários fatores que se adicionaram no decorrer do tempo para registrar as dúvidas dos gramáticos em como analisar sintaticamente essa *partícula* (nome suficientemente vago para não provocar controvérsias a respeito do seu enquadramento na classificação das palavras). O que aparece geralmente são listas dos usos possíveis; condena-se a construção que não

* Universidade Federal do Paraná

está de acordo com a gramática normativa e, quando muito, faz-se uma observação para relatar que é possível que uma tal construção apareça na linguagem oral, geralmente popular.

Contrariamente a essa atitude, defendo aqui o ponto de vista segundo o qual, na chamada *passiva sintética*, a concordância do verbo com o substantivo no plural se explica por contágio, como já tão bem colocado por Said Ali (1956, p.98-99). Na minha experiência como professora de português, por exemplo, raras vezes encontrei alunos, mesmo universitários, que reconhecessem espontaneamente, fora do contexto da aula em que se tratava do assunto, o substantivo plural de tais construções como sujeito ou o pronome *se* como agente da passiva. Em geral, a primeira reação é considerar o *se* como sujeito, numa frase como (1):

(1) Vende-se casas.

Esta construção, condenada pelos gramáticos, que pregam ser (2):

(2) Vendem-se casas.

a única construção correta, é a mais empregada na linguagem oral e, como procuro demonstrar na seqüência, também é largamente empregada na escrita, mesmo formal.

Nesse sentido, veja-se ainda o que diz Teyssier (1976, p. 197), a propósito das construções com *se* em português: "Mais on observe de nos jours une certaine tendance à analyser ce type de phrases comme on le fait en français, ce qui a pour conséquence qu'on garde le verbe au singulier, même quand le substantif qui le suit est au pluriel."

Para que ocorra essa interpretação, o falante utiliza o método tradicional de identificação do sujeito, que consiste em perguntar "quem vende casas?", obtendo-se como resposta "se", equivalente a "algum", "qualquer um", "um organismo". Acredito ser esta análise mais coerente que utilizar a glosa "casa são vendidas", que pode introduzir uma interpretação diferente, pois há casos em que a passiva não corresponde exatamente ao sentido da ativa. Este fato é devido a restrições lexicais ou a contextos ou a certos tempos verbais nos quais uma das duas formas é mais comumente empregada.

Analizar que o *se* das construções com verbos transitivos indiretos ou intransitivos ou ainda os transitivos diretos com objeto preposicionado

como sendo o "agente de indeterminação do sujeito" ou a "partícula de indeterminação do sujeito" (ou dizer que se trata de uma "passiva impersonal"), não resolve o problema. A gramática tradicional não prevê semelhantes funções: só há duas possibilidades a considerar do ponto de vista das funções, ou seja, *sujeito* ou *agente da passiva*. Para haver passiva, de acordo ainda com as prescrições da gramática tradicional, o verbo tem que ser transitivo direto; decorre daí não poder ser denominada "passiva impersonal" uma construção com verbos transitivos indiretos ou intransitivos. São, na realidade, recursos utilizados para se evitar a análise do *se* como sujeito.

Assim, partindo da pressuposição de que os falantes não reconhecem mais um sentido passivo nas construções de "passiva sintética", passo a considerar uma série de situações e contextos que, a meu ver, contribuíram para a interpretação do *se* como sendo o sujeito das frases em que ele ocorre. Os exemplos de que me sirvo para as abonações são retirados de textos (livros e revistas especializadas) que consultei para a elaboração da minha tese de doutoramento (em curso). Trata-se, portanto, de autores que têm grande domínio do português do Brasil, não só falado, quanto escrito, pois em geral são pós-graduados e produzem regularmente textos em língua-padrão. Têm, por isso, um domínio muito elevado do que se pode chamar de correção gramatical.

Não pude, e nem era este o objetivo do presente trabalho, precisar a idade ou a proveniência geográfica dos meus "informantes"; porém, o que é necessário levar em conta, neste caso, é o seu alto grau de conhecimento do português e de sua expressão por escrito (além do mais, para publicação, fator que aguça a vigilância das construções, as revisões e as correções que forem necessárias).

O primeiro fator que deve ter concorrido para a interpretação do *se* como sujeito é a tendência, no português do Brasil (na seqüência, PB), a não se realizar a concordância verbo/sujeito quando este vem posposto ao verbo. Este fato já foi observado por vários autores, entre eles Pontes (1986, p. 83, nota 2): "Mas é preciso não esquecer que a concordância em português varia conforme o registro e que na língua oral, até mesmo formal, é raro concordar o verbo com o SN posposto." E, mais adiante: "A concordância verbal é talvez o critério mais falho na identificação do sujeito, pois existe a tendência para não concordar o verbo com o sujeito, tanto na fala como na escrita menos policiada." (Pontes 1986, p. 131).

No primeiro caso, Pontes (1986)¹ analisa os resultados demonstrados na tese de doutorado de Lira (1982), em que esta autora comenta os trabalhos de Naro & Lemle (1977) e de Guy (1981), em que foi mostrado que os sujeitos pospostos eram muito menos capazes que os sujeitos antepostos de desencadear a concordância verbal. E Lira (apud Pontes (1986, p. 51)) faz ainda menção a uma outra afirmação de Naro (1981, p. 66): "a concordância sujeito-verbo é quase categórica nas classes educadas. A única circunstância em que há uma grande variação neste grupo é quando o sujeito é posposto ao verbo."

Outros autores já haviam mencionado este problema, como Bechara, quando analisa um caso de concordância com o verbo *viver*, na construção (3):

(3) Vivam os campeões!

dizendo: "a língua moderna revela acentuada tendência para deixar o verbo no singular, embora a gramática persista em ver aí erro de concordância:

(4) Viva os campeões! (1960, p. 95-6)

Em seguida, Bechara enumera os fatores que devem ter concorrido para uma tal transformação: emprego quase interjectivo da frase; influência das construções com *salve [os campeões]*, uma interjeição, portanto, invariável; e a posposição do sujeito (que ele põe em termos de *anteposição do verbo ao sujeito*): "a só anteposição do verbo ao sujeito é responsável por numerosas infrações na concordância recomendada pela gramática. Assim, apesar de correr vitoriosa na linguagem coloquial, esta concordância no singular deve ser cuidadosamente evitada na língua-padrão." (Bechara 1960, p. 95-6). São exemplos como (5) que Bechara condena na escrita:

(5) Além desse fator discursivo, influí na escolha das formas *fenômenos morfossintáticos e semânticos*. (Omena 1987, p. 16).

Vejamos o que outro autor, Chaves De Melo (s/d, p. 334-345), nos diz a respeito da posposição do sujeito:

¹ PONTES dá somente a referência LIRA (1982); os trabalhos de NARO & LEMLE (1977); GUY (1981); NARO (1981) não constam das referências bibliográficas.

Já vimos que, normalmente, o sujeito composto leva o verbo ao plural, com precedência da 1^a pessoa sobre as demais e da segunda sobre a terceira. Há, no entanto, casos, e eles são numerosos, em que o verbo permanece no singular.

1.1. Isto acontece, por exemplo, muito freqüentemente quando o sujeito vem posposto ao verbo e o primeiro elemento está no singular (o segundo ou o terceiro podem estar no plural). Trata-se, pois, de uma concordância por atração.

Vemos, aqui, novamente a noção de concordância "por atração", aplicada neste caso à ocorrência de sujeito múltiplo, composto de palavras (ou locuções), das quais a mais próxima do verbo está no singular, gerando a concordância do verbo no singular, em detrimento de as outras estarem no plural.

Analizando um *corpus* de língua oral, composto de 57 entrevistas D2 (Diálogo entre dois informantes) do Projeto NURC de Salvador, Souza (1989, p. 96) encontrou duas "estruturas superficiais" de sujeito plural posposto (a primeira com um verbo na terceira pessoa do singular seguida por um sujeito plural; a segunda composta do verbo ser seguido de sujeito plural) e conclui: "a variante estrutural 'posição do sujeito em relação ao verbo' foi o fator condicionante para que a aplicação da regra de concordância não se aplicasse."

Os exemplos que eu recolhi, ao acaso das leituras, demonstram que este procedimento já atingiu a língua escrita, no que diz respeito às construções com *se* (vamos considerar aqui, para efeitos da exemplificação, que o que segue o verbo é sujeito, como recomenda a gramática tradicional):

(6) Enquanto no português escrito há uma tendência em *se omitir os pronomes pessoais* em posição sujeito, na linguagem oral do Brasil há uma preferência acentuada pelo uso desses. (Milanez 1982, p. 67).

(7) Como se vê, o critério de concordância é, nesse caso, frágil e insuficiente, o que indica a necessidade de *se buscar outro(s)*. (Andrade 1986, p. 6).

(8) Observe-se por exemplo, as respostas de L1 às perguntas de L2: (...) (Galemebeck *et al.*, 1990, p. 94).

Em todos esses casos, o verbo está na terceira pessoa do singular e o que a gramática preconiza como sujeito está no plural (mesmo em (7), em que se poderia argumentar que há um pronome no singular, deve-se levar em conta que existe uma tradição nesse tipo de construção: se houvesse a consciência do plural e da necessidade de acordo, depois de *buscar*, forma correspondente ao singular, deveria haver a ocorrência de (*em*) para indicar o plural). Dessa forma, pode-se constatar que a posposição do "sujeito" é um dos fatores que levam à análise do *se* como sujeito (o que está depois do verbo é visto como o complemento verbal, o objeto direto, no caso).

Um segundo fator que contribuiria para semelhante interpretação do *se*, seria o distanciamento do sujeito em relação ao verbo, quando este é formado por locução [AUX+V]. Neste caso, não só o distanciamento do verbo mas também o fato de que ele é composto contribuem para considerar o *se* sujeito, pois o objeto direto é sentido como ligado à segunda forma verbal da locução e não ao auxiliar, forma conjugada. Existe uma certa discussão, entre os diversos autores, para decidir se há realmente, ou não, uma locução verbal² ou se se trata de duas frases. Para checar isso, o método recomendado é colocar a frase na voz passiva, o que testaria a que verbo pertence o sujeito. O critério é discutível, as discussões, assim como os exemplos arrolados para a comprovação não são conclusivos, visto que os autores não esclarecem suficientemente os contextos de ocorrência das formas. Ora, uma construção, uma forma isolada do contexto pode ser ambas as coisas. Pode-se ver, por exemplo, que a explicação de Bechara (1960, p. 198) para justificar os casos de ocorrência ou não de locução não lança muita luz sobre a decisão a tomar em tal circunstância:

Esta possibilidade de se considerar ou não como locução verbal o agrupamento de dois ou mais verbos, leva-nos a usar o singular ou plural em construções como:

Deve-se promulgar as leis

ou

Devem-se promulgar as leis.

Com o verbo *deve-se* no singular, não se considera o conjunto como locução verbal; *deve-se* é um verbo principal na voz passiva pronominal, e o seu sujeito é a oração reduzida de infinitivo *promulgar as leis*. As orações, tomadas absolutamente, valem por um nome do gênero masculino e do número singular, daí o singular *deve-se*.

² A representação [AUX-V] vai ser utilizada, independentemente da discussão que se fizer a respeito, para indicar a ocorrência desse tipo de construção.

No segundo caso, *devem-se promulgar* constitui uma locução verbal, constituída do verbo auxiliar modal *dever* e do verbo principal *promulgar-se*, na voz passiva pronominal, e o seu sujeito é o plural *as leis*, o que obriga a concordância de *devem-se promulgar*: *as leis devem ser promulgadas*.

Em geral, a saída encontrada para decidir entre locução verbal ou dois verbos (uma ou duas frases, por conseguinte) é a de dizer que certos verbos auxiliares (modais e aspectuais incluídos) admitem seja a construção com a concordância no singular seja a concordância do verbo no plural, como no caso de *dever*, *poder*, *costumar*.

No entanto, num mesmo autor, num espaço muito reduzido é possível encontrar os dois empregos, sem que se possa dar nenhuma garantia de se tratar de uma ou de outra ocorrência, como em Preti & Urbano (1990, p. 102), onde eu localizei, inicialmente, um exemplo dando o verbo auxiliar conjugado no plural, concordando com o sujeito:

(9) *Podem-se lembrar as razões de ordem mais geral, que vão desde manifestações de domínio ou poder do falante (...)*

Seria possível lançar mão do recurso à voz passiva — *podem ser lembradas as razões de ordem mais geral (...)*, porém, talvez devido à determinação (*as razões*), o resultado poderia parecer bizarro mas, em princípio, com uma inversão da frase, ela seria admissível.

Na página seguinte, encontra-se a frase (10), que revela o uso do verbo auxiliar no singular seguido de um sujeito posposto no plural.

(10) *Costuma-se distinguir os casos (...)*

Assim como em (9), também na frase (10) não há indícios de como discernir uma locução verbal de dois verbos. Nas duas construções há um verbo auxiliar seguido de infinitivo e de um sintagma nominal no plural. No exemplo (10) a voz passiva resultaria em — *os casos costumam ser distinguidos* — o que é perfeitamente possível. O resultado seria idêntico ao do exemplo (9), em que o auxiliar está no plural. Exemplos desse tipo parecem ser os que costumam acontecer com maior freqüência em textos escritos.

Os gramáticos indicam ainda uma outra maneira de verificar se estamos lidando com uma locução ou com dois verbos distintos: é se assegurar de que o pronome *se* pertence a um ou a outro dos verbos

envolvidos, para a conversão da passiva sintética em passiva analítica e, dessa forma, julgar a ligação do pronome a uma das duas formas verbais. Tomemos como exemplo estas duas frases, sendo (11) de Rossi (1969, p. 181) e (12) de Castilho (1990a, p.149):

(11) A menos que *se decida indicá-los*³ aqui e agora.

(12) Na X RN (Rio, 1977) *decidiu-se eliminar as gravações secretas*, reduzindo-se o corpus para 300 horas.

Os dois exemplos acima admitem duas transformações passivas, segundo se coloque o primeiro dos verbos na voz passiva —*seja decidido* e *foi decidido*—, respectivamente, ou o segundo —*sejam indicados e fossem eliminadas*— respectivamente. Como decidir, em tal situação, a qual dos dois verbos pertence o *se*?⁴

Num mesmo autor podem ser encontrados ambos os procedimentos, sem que haja possibilidade de decidir sobre qual das opções escolher. No exemplo (13) a situação se complica ainda mais: Barros & Mello (1990, p.57), apresentam uma seqüência de períodos, numa mesma página, com ambos os tipos de ocorrência - concordância com o pretenso sujeito e não-concordância com ele:

(13) (13a) *Compararam-se*, várias vezes, *repetição e correção*. (13b) Com base nos estudos de Tannen, *pode-se articular repetição e correção* como procedimentos opostos e complementares, tendo em vista a interação. [...] (13c) *Procurou-se* ainda *ressaltar os objetivos interacionais* da correção.

³ A presença do anafórico *los*, objeto direto de *indicar*, corroboraria a interpretação de que o *se* seria o sujeito de decidir e a construção seria ativa, pois a voz passiva não comporta objeto direto. Nem *los* poderia ser sujeito de *indicar* ou objeto direto de *decidiu*, se se argumentasse que essa poderia ser uma construção semelhante à ACI latina.

⁴ O recurso à utilização da transformação em passiva parece confirmar que, neste caso, se trata de duas orações: tanto (11) quanto (12) seriam períodos compostos por subordinação, as segundas orações de ambos os períodos - reduzidas de infinitivo - seriam orações subordinadas substantivas objetivas diretas (objetos diretos de *se decida* e *decidiu-se*, respectivamente). Assim, nas orações principais, o *se* seria o sujeito indeterminado do verbo *decidir*.

Vê-se que ocorre em (13a) a concordância do verbo com o "sujeito" (composto), mesmo este estando posposto e distanciado. Em seguida, vem (13b) com uma construção [AUX+V], em que o verbo conjugado pode estar no singular. No entanto, o "sujeito" é o mesmo que o de (13a) e igualmente está posposto a [V]. Em (13c), novamente uma construção [AUX+V], agora com um SN no plural, mas apresentando um advérbio — *ainda* — intercalado entre [AUX] e [V].

Não se pode considerar que em (13b) exista uma oração substantiva subjetiva reduzida de infinitivo para justificar o emprego do verbo no singular, como quer Bechara. A divisão da oração resultaria um período de duas orações agramaticais, se fossem colocadas na ordem direta⁵:

(14) *articular repetição e correção como procedimentos opostos e complementares, tendo em vista a interação, pode-se [...]

Em (13c), pode-se objetar que não é o caso de uma tal construção, porque o verbo *procurar* é transitivo direto, cujo objeto direto seria *ressaltar os objetivos interacionais da correção*. Como muitos verbos transitivos diretos, o verbo *procurar* entra em construções como a que está em exame, nas quais ele poderia ser apenas um auxiliar modal. Com essa discussão raramente aparece nas gramáticas tradicionais, os autores são muito reticentes quanto a essa classificação.

Além disso, um outro fato deve ser analisado: a existência, ou não, de um sujeito junto ao segundo verbo, quando um verbo como *procurar* está conjugado na primeira pessoa do singular, como em (15):

(15) *Procuro ajudar os outros.*

Nos estudos sob a égide gerativista, tenta-se resolver a questão postulando a existência de PRO junto ao infinitivo. No entanto, essas explicações não têm sido muito convincentes.

Além disso, no caso sob análise, o *se* é um complicador. Se se parte do princípio de que *procurou-se* está na voz passiva pronominal, sua conversão em voz passiva analítica deveria ser possível. Ora, não é este o

⁵ Parece que esse tipo de construção (com reduzida de infinitivo na função de sujeito) exigiria sempre a chamada ordem inversa, o que reforçaria a hipótese de que, no exemplo (13b), se trata de locução verbal e não de dois verbos.

caso, não pode se transformar *procurou-se* em *foi procurado*. Uma tal construção pareceria bizarra no contexto de (14). Isto ocorre justamente porque há restrições impostas pelo verbo *procurar*.⁶

Se em (11) *seja decidido* e em (12) *foi decidido* são conversões aceitáveis, é porque não existem restrições lexicais ou de tempo verbal. Esta constatação pode indicar que o verbo *decidir* não é um auxiliar e que os exemplos (11) e (12) contêm duas orações. Porém, tal não é o caso no exemplo (13c), com o verbo *procurar*, que seria um auxiliar de *ressaltar*, tanto quanto seria o verbo *poder* o auxiliar de *articular* em (13b).

A situação se complica quando se examina a ocorrência do verbo *poder* no plural, concordando com o sujeito presumido (composto) que aparece na mesma página que (13):

(16) Em relação aos diálogos examinados, *puderam-se*, a partir do estudo da correção, *diferenciar conversações mais polêmicas e conversações mais contratuais*.

Parece haver aí um fenômeno de uma outra ordem:⁷ trata-se de discutir a existência ou não de construções *médias* (*ou depoentes*) em português.⁸

A artificialidade da concordância do verbo com o sujeito presumido da passiva sintética já foi mencionada por vários autores, para quem a concordância do verbo se faz por contágio, pela proximidade das formas, ou por analogia a construções em que a concordância é feita com o predicativo, tal como em (17):

(17) O urso sou eu.

Ou ainda em orações sem sujeito como:

(18) São duas horas.

⁶ Ver, entretanto, a discussão que HAUY (1983, p. 174 ss). faz a respeito do assunto.

⁷ Esse assunto será abordado em um próximo artigo, a ser publicado.

⁸ A NGB, apud CHEDIAK (1960, p.254), não faz referência a esse tipo de construção.

Apesar disso, alguns poucos autores inserem esse problema quando apresentam os verbos pronominais e a sua classificação pela NGB, ou quando tratam do capítulo das vozes do verbo.

em que o verbo concorda com o predicativo *duas horas*. O verbo *ser* é empregado aqui como existencial e, neste caso, nunca tem sujeito. É um dos verbos ditos *impessoais* pela gramática tradicional. Pode-se colocar a questão de saber com que concorda o predicativo se não há sujeito; porém esses exemplos são utilizados freqüentemente para justificar a concordância verbal com o mais próximo.

Nascentes, *Apud Hauy* (1983, p. 160): "Na expressão 'vendem-se casas' não se sente absolutamente passividade do verbo. A idéia é que alguém vende casas e não que casas sejam vendidas por alguém. O plural do verbo se explica por atração.", como se vê, é partidário da corrente que justifica a concordância pela proximidade.

"Achamo-nos diante de uma tendência natural, espontânea; no sentir do povo não se comprehende porque se deva concordar o verbo com o objeto." é a lição da Said Ali (1956, p. 100), na qual ele refuta a hipótese de que a falta de concordância, "nos milhares de *aluga-se carros, compra-se móveis*" seria devida a uma influência francesa. Em uma outra passagem desse autor há colocações semelhantes: "A persistência da concordância com o objeto, onde não a estorva a presença de uma preposição, explica-se pelo contágio: é devida à influência de frases de verbo pronominal com sentido manifestamente reflexivo." (Said Ali 1956, p. 98) Em seguida, ao lançar as regras práticas para indeterminar o sujeito, diz:

1º. Quando não queremos ou não podemos mencionar quem pratica a ação, servimo-nos do verbo na forma reflexiva, colocando-o no princípio da oração.

2º. O verbo é usado na 3ª pessoa do singular, quer esteja acompanhado de objeto indireto, quer de objeto direto precedido da preposição *a*. Se, porém, o regímen direto não tiver preposição e se achar no plural, o verbo irá igualmente para o plural, por falsa concordância. (Said Ali 1956, p. 98-9).

Pode-se observar, além disso, que ambos os autores consideram que o que vem depois do verbo é *objeto* e não *sujeito*. Essa postura revela que a ordem das palavras dentro da frase, em português, é altamente relevante para a interpretação das funções que essas palavras exercem.

O português é classificado tipologicamente como uma língua SVO: esta ordem é aceita pela maioria dos gramáticos⁹ como a ordem *direta*,

⁹ Porém, na gramática tradicional não há o uso desse rótulo: fala-se sómente em ordem ou construção. Sobre uma certa "intuição tipológica" nos gramáticos tradicionais, ver o trabalho de MOURA NEVES 1990, um estudo do tratamento da ordem nas gramáticas tradicionais.

lógica, normal da língua. Porém, à língua não repugnam as inversões, visto que a ordem é mais ou menos livre. Em geral, os autores fazem referências às construções com verbos intransitivos: nestes, a ordem *preferida* seria aquela com posposição do sujeito.

A questão da ordem é controversa: alguns autores consideram que em certos casos a ordem é indicadora das funções e do significado dos componentes da oração. No entanto, esses mesmos autores não estão de acordo quando se trata das construções com *se*, como o faz Hauy, ao comentar a posição defendida por Nascentes (1959, p. 16 e 18, *apud* Hauy 1983, p. 160): "Todavia, na mesma obra exemplifica o *se* como partícula apassivadora em 'coisa igual nunca se viu — se viu = foi vista' e 'Isto não se faz assim — se faz = é feito'.":

A simples inversão dos termos explicaria, nesse caso, uma análise diferente? É claro que o sentido pode variar, às vezes, conforme a construção, como nos ensina Said Ali: "'vende-se este livro' significa que a obra é vendível; entretanto de um trabalho vendável diremos antes: 'o livro vende-se'". É claro, ainda, que 'os empregados se despediram' é voz reflexiva e 'despediram-se os empregados' pode ser voz passiva. Mas, [sic] é convincente que 'isto não se faz' se analise como passiva e não se faz isto' como ativa? Ou ainda, que 'esta casa alugou-se depressa' seja passiva pronominal e o *se*, partícula apassivadora e 'compra-se boa mercadoria nesta casa' seja voz ativa e o *se* índice de indeterminação do sujeito? (Hauy 1983, p. 160)

E, mais adiante, essa autora menciona ainda Nascentes, para quem a anteposição do sujeito ao verbo como em:

(19) Coisa igual nunca se viu.

é uma colocação que diferencia a voz passiva (que ocorre em (19)) da voz ativa que ocorre em (20):

(20) Nunca se viu coisa igual.

A Nascentes, Hauy contrapõe o pensamento de Góis (*apud* Hauy 1983, p. 161), que diz ser do gênio da língua portuguesa a posposição do

sujeito ao verbo quando este é apassivado por *se*. Porém, ainda segundo a autora, para Cegalla (*apud* Haury 1983, p. 161), a necessidade de colocar em relevo o sujeito pode levá-lo para o início da frase.

Pode-se perceber, assim, como as opiniões se modificam de um autor para outro. Isto depende, em parte, do que cada autor considera como a ordem *natural* da língua. O que se deve reter é que a ordem é de extrema importância quando se analisa uma construção com *se*, pois este fato pode determinar qual é a intuição do sujeito falante quando ele constrói uma frase, como já haviam observado Said Ali e Nascentes. Se, como na minha hipótese, a ordem em português é muito mais rígida do que se supõe, ou que a ordem esteja em vias de se tornar muito mais distintiva, o simples fato de uma palavra estar em início de frase poderá vir a determinar a sua função de sujeito.¹⁰ Como citado acima, Said Ali considerava o que vinha depois do verbo como objeto. Numa nota em que ele discutia justamente a concordância do verbo com o objeto, faz a ressalva de que tais casos "Não autorizam a discordância; provam todavia que quem assim escreveu devia ter o sentimento do régimen com relação ao substantivo posposto." (Said Ali 1956, p. 98)

A posição acima corrobora o fato de que os falantes não percebem mais (se é que alguma vez isto ocorreu) o sentido passivo da construção por meio do *se*.

Nas construções com *se*, o verbo está conjugado na voz ativa (a existência do *se* é que marcaria a passividade da construção), se o verbo que o precede ou o segue¹¹ é um verbo *transitivo direto* (o qual exige, portanto, um objeto direto, cuja posição é depois do verbo). Ora, desse ponto de vista, elas não são diferentes das construções *ativas* com verbos transitivos diretos, como se pode ver em (21) e (22):

(21) Quando o céu está limpo, *se vê a lua* mesmo durante o dia.

(22) Quando o céu está limpo, *nós¹² vemos a lua* mesmo durante o dia.

¹⁰ Não são levadas em consideração, aqui, as hipóteses de PONTES (1986) e (1987), sobre as construções de *tópico* no português do Brasil.

¹¹ Entra aí a problemática da colocação dos pronomes.

¹² Embora a tradição diga que não há necessidade do pronome sujeito, ele foi colocado para evidenciar que a posição ocupada por ele é idêntica à do *se*. Poder-se-ia argumentar que o pronome *se* deveria aparecer depois do verbo em função de ser início de frase (ver nota 11).

Essas reflexões a propósito da ordem e da intuição do falante poderiam talvez explicar certas anomalias surgidas quando da análise dos sujeitos foneticamente pesados, pospostos, portanto, apresentada por Votre & Naro (1984), Castilho (1987) e Urbano (1986). Os supostos sujeitos não o seriam, pois, no caso das construções por meio de *se*: os sujeitos seriam então considerados *objetos diretos* se construídos com verbos transitivos diretos.

O grande número de construções [SE+V3PS+PL], ou seja, *se* com um verbo na terceira pessoa do singular seguido de plural (substantivo ou locução), se explicaria então por essa ausência de sentido passivo, levando o verbo a concordar com o *se* e não com o sujeito presumido.

Luft (1976, p. 133), dando a composição da voz, diz a respeito da passiva que ela pode ser formada seja por um auxiliar mais o particípio, seja por meio do pronome apassivante *se* (com verbos transitivos diretos), com uma observação: "verbo plural, no registro formal da linguagem culta". Entretanto, numa nota de rodapé, na mesma página, ele faz uma longa observação a respeito da questão passiva vs. ativa:

Mais justo é considerar *ativa* essa conjugação - o que corresponde: (1) ao sentimento dos locutores (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* - é como se utiliza na fala espontânea) e (2) à colocação dos termos (a posição pós-verbal é a do paciente) e (3) evita o divórcio dessas construções daquelas de verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se*) que seria absurdo considerar passivas. Aqui, como lá, temos a idéia de 'sujeito indefinido' formalizado no *se*, que pode, então, tranquilamente, ser analisado como sujeito (Aqui — *se* —trabalha = Aqui — a gente — trabalha). A flexão verbal no plural (*vendem-se terrenos*), no padrão culto escrito, pode ser explicada como simples 'servidão gramatical' - nem sempre observada - ou por atração (cf. Said Ali, *Dificuldades da Língua Portuguesa*; Antenor Nascentes, *O Idioma Nacional*, 1960, p. 145).

Além disso, existem construções em que o verbo está sempre no singular: trata-se de orações com *como, conforme, que*. Não se poderia decidir entre considerá-las uma passiva sintética ou uma construção ativa. Só o critério de verificar qual a regência do verbo poderia determinar a análise. Mas já demonstramos que esse critério apresenta falhas, entre as quais a interpretação dos falantes. Vejamos algumas ocorrências:

(23) Há, *como se sabe*, técnicas de atribuição de turnos na conversação. (Barros & Mello 1990, p. 19)

(24) Em 1985, durante a XIII RN (Campinas), *decidiu-se que* as cidades intercambiariam 18 entrevistas de seu acervo com as demais, para facilitar as análises. (Castilho 1990, p. 149).

(25) Cruzando-se os resultados de...S e S... com 76 e 14 casos de ruptura respectivamente, com os percentuais apresentados na tabela 3.3. para tipos de preenchedores, *observa-se* que: 1. [...] 2. [...]. (Tarallo, Kato *et al.* 1990, p. 55)

Essas conjunções agem como resumos do que foi dito ou vai ser dito. Além disso, os verbos são transitivos diretos e raramente será apresentado um modelo de análise sintática de um período contendo semelhante construção.

Pode-se ainda notar uma invariabilidade na forma nominal gerúndio. Admite-se aqui que o gerúndio admite um sujeito, seja ele de natureza nominal ou pronominal. No exemplo (25) há essa utilização, com o verbo *cruzar* (transitivo direto e indireto), na construção com *se*, com um sujeito (presumido) no plural — *os resultados*. No entanto, a grande maioria dos autores não admite sujeito nas construções com gerúndio. Propõem, neste caso, que se substitua o gerúndio por uma forma flexionada, numa oração com uma conjunção, segundo o significado que tenha o gerúndio. O resultado, para o exemplo em tela, daria uma construção passiva sintética: *se se cruzarem [...]*, ou haveria confirmação de que o *se* seria o sujeito do verbo: *se se cruzar os resultados [...]*.

Apesar da recusa dos gramáticos em aceitar a existência de sujeito com gerúndio, não faltam exemplos desse tipo:

(26) Em alguns casos, recorre-se a um critério puramente morfológico, *agrupando-se* na classe dos advérbios *todas as palavras derivadas* com o "sufixo" -mente. (Ilari *et al.* 1990, p. 67)

É interessante observar que em (26) existem duas construções com *se*, uma delas com um verbo *transitivo indireto -recorrer -*, em que os gramáticos não hesitariam em considerar o *se* sujeito indeterminado (ainda que o chamem de *índice de indeterminação do sujeito*, não lhe reconhecendo o caráter de pronome sujeito). A outra, com um verbo *transitivo direto -agrupar -*, em que considerar *todas as palavras derivadas* o sujeito do

gerúndio seria tão constrangedor para um gramático quanto o fato de reconhecer o *se* como sujeito de um verbo transitivo direto.

Para os gramáticos é um ponto (mais ou menos) pacífico que os verbos intransitivos, transitivos indiretos e mesmo os transitivos diretos quando prepositionados possam ter um sujeito indeterminado por meio do pronome *se*. Alguns admitem também que os verbos de *ligação* possam tê-lo igualmente. Porém, algumas vezes, essas construções são chamadas de *passivas impessoais* devido ao fato de o verbo estar na terceira pessoa do singular, embora afirmem, noutro lugar, que só os verbos transitivos diretos podem ter *voz passiva*.

Afirma-se, com alguma freqüência, que esses casos são mais difíceis de serem encontrados. É preciso lembrar que existe uma desproporção quantitativa entre os verbos transitivos diretos em relação aos intransitivos e transitivos indiretos. E é maior ainda com relação aos verbos de ligação, cuja classe é praticamente fechada, pois pode-se listá-los facilmente. Porém, sempre é possível exemplos em *corpora* mais ou menos volumosos, sobretudo na escrita:

(27) O projeto NURC representa uma notável mudança de rumo dos estudos dialetológicos: *deixou-se* de privilegiar o falar residual de pequenas comunidades e *partiu-se para* a linguagem padrão das grandes comunidades urbanas. (Castilho 1990a, p. 142)

Nesse exemplo há duas ocorrências de verbos transitivos indiretos com sujeito indeterminado *se*. Em (28), vai haver um exemplo com verbo intransitivo e um com verbo transitivo indireto:

(28) Quando *se vai* além dessas duas construções, *esbarra-se no fato* de que [...] a forma como o advérbio *se* vincula ao resto da oração não fica imediatamente evidente [...]. (Ilari et al. 1990, p. 99)

Andrade (1986, p. 7) apresenta uma ocorrência de verbo de ligação com sujeito *se*:

(29) Mas ainda é necessário estabelecer o que indica que *se* está diante de uma expressão de identidade perfeita.

Mas adiante, aparece *se* com verbo transitivo indireto:

(30) Quando *se fala de* sujeito pronominal, o quadro se¹³ complexifica. (Andrade 1986, p. 10)

Um outro fator a considerar seria o de fornecer provas para demonstrar que o *se* é o sujeito, mesmo com verbos transitivos diretos. Nesse caso, deveria aparecer uma construção em que houvesse, em concorrência, *se* e as formas pronominais correspondentes à retomada anafórica do objeto direto: *o, a, os, as*. Ora, justamente essa construção é condenada pelos gramáticos. Embora seja proibida, aparecia em textos arcaicos e pode-se encontrá-la na pena de pessoas altamente escolarizadas, como no exemplo (31), bastante recente:

(31) Em primeiro lugar não estaria nossa visão de mudança em progresso, via Labov, comprometida na medida que *se a equaciona* com a saliência sociolíngüística de determinadas variantes? (Tarallo & Duarte 1988, p. 45)

Bechara, na primeira edição de suas *Lições...* (1960, p. 44) ensinava:

OBSERVAÇÃO: A nossa língua não tolera a combinação *se o, se a, se os, se as*. Assim está errada a construção:

Não se o diz.

Corrigue-se o erro de duas maneiras:

a) ou se omite o pronome objetivo direto:

Ainda mais: não há gramática elementar que não mencione os verbos defectivos; porque se não estudam' (Silva Ramos, in *Trechos Seletos*, de Sousa Da Silveira, 144).

Erraria o autor se dissesse: *porque se os não estudam.*

b) ou se emprega como objeto direto *ele, ela, eles, elas*: 'Um crime, só um crime, pode unir-nos...' Fez-se uma pausa, e prosseguiu: — E porque não se cometerá ele!' (Herculano, *Eurico, o Presbítero*, 295).

Esta lição merece alguns comentários. Primeiro, o exemplar que consultei foi dedicado ao prof. Mansur Guérios, o qual fez nele algumas anotações, entre as quais riscar "como objeto direto" na alínea b. Deduz-se

¹³ Essa construção com *se* não será discutida nesta primeira parte: vai aparecer na seqüência da segunda parte, a publicar.

daí que ele não estava de acordo com Bechara, pois existe uma tendência, entre alguns autores, de analisar esse *ele* como o sujeito da oração passivizada por meio do se.¹⁴ Vale lembrar que o uso do pronome *ele* como objeto direto é condenado pelos gramáticos, daí a não-aceitação de que *ele* possa vir a constituir um objeto direto, o que levaria a considerar o *se* sujeito. Segundo, Guérios riscou "como objeto direto" mas não o fez com "pronome objetivo direto" da alínea *a*: se Bechara diz que há omissão do pronome objetivo direto,¹⁵ é que considera que falta à construção um objeto direto e não um sujeito que, neste caso, seria o *se*!

Rocha Lima (1974, p. 288), ensina que não é possível empregar na mesma frase os pronomes *se* e *o*, como em "Não *se* o pôde ouvir". Ele propõe duas formas de correção para o "erro", uma delas simplesmente omitindo o pronome anafórico de objeto direto; a outra consistindo em parafrasear o enunciado: "Não pudemos ouvi-lo." Dois comentários a fazer: inicialmente, se se utiliza o *nós*, vê-se que o pronome objetivo direto reaparece. Então, se ele é possível neste caso, por que não o seria com o *se*? Asegunda é a respeito de o próprio autor utilizar um [SE+V3PS+PL] ao dar a regra:

(31) *Não se pode empregar*, na mesma frase, *os pronomes se e o (a, os, as)*.

Existem verbos transitivos diretos que não admitem voz passiva, entre os quais *querer, ter* (na acepção de "possuir"), verbos que denotam processo, mudança de estado, como *queimar, partir, rachar, quebrar*, os quais podem ou não implicar um agente:

(32) O efeito de quantificação recai sobre o advérbio de modo, provavelmente aquilo a que *se quer dar* mais ênfase por corresponder à resposta requerida. (Andrade 1986, p. 13)

(33) [...] que levam a *se deixar* a colocação simples, ficando lugar para as inversões e transposições. (Moura Neves 1990, p. 295).

¹⁴ Por exemplo, em CHAVES DE MELO (s/d. p.365), onde aparece o seguinte enunciado: Apeamo-nos com efeito; sentamo-nos; e eis que a história da Menina dos Rouxinóis, como *ela se contou* [=foi contada]. (Garrett, Viagens, p.104).

¹⁵ Segundo, nisso, uma tendência crescente, de reconhecer a omissão do objeto direto, no PB.

Em (32), o verbo *querer* não pode ser colocado na voz passiva. Assim, não é possível ter: "aquito a que mais ênfase quer ser dada" nem "aquito a que mais ênfase é querido dar". Em (33) existem restrições que não permitem a correspondência com "a ser deixada". Por conseguinte, como não analisar o *se* como sujeito, em tais casos?

Existe ainda um uso do *se* que se expande, embora um tanto condenado pelos gramáticos normativos. Trata-se da tendência acentuada da utilização do *se* antecedido de preposição, diante dos infinitivos, construção esta que favorece sua interpretação como sujeito. Considerado abusivo pelas gramáticas, está longe de sé-lo,¹⁶ pois os falantes "sentem" a necessidade de marcar o sujeito dos verbos, mesmo do infinitivo, sobretudo se os sujeitos das orações constitutivas do período são diferentes. Entendemos que é esta necessidade de uma realidade formal do sujeito, mesmo se ele não é identificável referencialmente, que leva a empregar o *se* diante dos infinitivos ditos *impessoais* para transformá-los em *pessoais*. Alguns exemplos dessa construção:

(34) Em vista disso, *para se avaliar* os efeitos dos fatores que propiciam a ausência formal de sujeito, observamos as ocorrências de sujeito explícito; (Omena 1987, p. 40)

(35) Seria o caso, então, *de se investigar* mais cuidadosamente os traços da interpretação semântica da construção com *-se*. (Perini 1989, p. 88)

(36) *Ao se saber* que determinado item é, digamos, um possessivo, não precisamos apurar separadamente se ele varia em gênero e número [...]. (Perini 1989, p. 162)

Em (34) e (35) o verbo está no singular e o que seria considerado sujeito pelos gramáticos está no plural.

A vitalidade desse tipo de construção parece desmentir a afirmação de alguns autores de que o *se* estaria em vias de desaparecimento no

¹⁶ Durante o levantamento que fiz para a elaboração da minha tese, em 68 informantes do NURC/SP, pude constatar que a ocorrência de sujeitos nominais nesse tipo de construção é também bastante elevada. Por conseguinte, o fenômeno seria de caráter mais geral, indo além do uso "abusivo" de *se*. Porém, faltam estudos estatísticos para indicar até que ponto vai a generalização dessa construção com outros sujeitos - nominais e pronominais.

português do Brasil. Isto pode ser verdadeiro em alguns dialetos do Brasil. No entanto, aparentemente parece ser um fenômeno restrito a certos tipos de *se*, mas certamente não a todos os tipos de *se*. Esse fenômeno também teria uma abrangência sobre os pronomes das outras pessoas verbais, não sendo exclusivo do *se*.

O português tem, ainda, um tipo de construção que se assemelha ao ACI latino. Trata-se de enunciados construídos com um pequeno número de verbos — *mandar, fazer, deixar* —, cujo objeto direto (em geral um pronome anafórico) seria, ao mesmo tempo, o sujeito do infinitivo que o segue. Apareceria, assim, um fenômeno singular na língua: um mesmo pronome, átono, acumularia duas funções simultâneas no período. Para justificar esse emprego, os autores se valem do latim, como Rocha Lima (1974, p. 285-286), que cita a autoridade de José Oiticica. Sendo possível em latim, o português dele teria herdado tal construção:

(32) Mandei-*o* trazer a conta.

(33) Deixe-*me* ir embora.

Nesse caso, por não ter outra justificativa a dar, eles concedem ao pronome átono o *status* de sujeito, uma função que normalmente só pode ser preenchida pelas formas tónicas dos pronomes.

Os gramáticos devem, então, admitir que o pronome átono pode exercer a função de sujeito. Mas eles o fazem, entretanto, como a *única exceção à regra*, pois ao mesmo tempo que admitem isso, negam ao *se* a mesma condição, quando ele acompanha os verbos transitivos diretos. Nessa justificativa, dizem que o *se*, por ser átono, não pode ocupar o lugar ou a função de sujeito, da mesma forma como argumentam que os pronomes não podem começar período, pelo fato de serem átonos.

Entretanto, as próprias construções ditas de ACI estão em vias de mudança. Observa-se que o pronome objetivo direto do primeiro verbo está sendo apagado e o pronome sujeito do segundo verbo aparece. Assim, em vez das construções clássicas de (32) e (33), ocorreriam (34) e (35):

(34) Mandei *ele* trazer a conta.

(35) Deixe *eu* ir embora.

Essas construções com pronomes estariam sendo a expansão do modelo com sujeitos nominais, em que o SN aparece na posição de sujeito do segundo verbo:

(36) Mandei *o garçom* trazer a conta.

(37) Deixe *o pessoal* ir embora.

Pode-se constatar, então, que a presença do sujeito está sendo privilegiada, em detrimento do aparecimento do objeto direto. Este fato reforçaria a hipótese segundo a qual, no português, existe um processo de mudança que vai no sentido da utilização, cada vez mais freqüente, do pronome sujeito. Assim, a presença de um sujeito formalmente expresso estaria sendo sentida como quase obrigatória. Esta constatação poderia justificar, em parte, a necessidade de se ter um *se* junto a infinitivos precedidos de preposição.

RESUMO

Procura-se mostrar, nesta análise do *se*, que contextos estariam favorecendo a interpretação do *se* como sujeito e não como agente da passiva nas construções ditas de passiva sintética. Uma vez admitido que *se* possa exercer a função de sujeito, mesmo com verbos transitivos diretos, estaria regulamentado um uso que já é corrente no oral e que se estende para a escrita, mesmo na de pessoas altamente envolvidas com as questões de língua, conforme se verifica nos exemplos utilizados, tirados de publicações especializadas.

RÉSUMÉ

Cet article veut démontrer comment certains contextes pourraient favoriser l'interprétation du "se" comme sujet même dans les constructions avec un verbe exigeant un complément d'objet direct. Dans ces tournures, nommées *voix passive synthétique* dans la grammaire traditionnelle le "se" est analysé en tant que complément d'agent, corrélatif du complément d'objet

direct de la voix active. Alors il se différencie des tournures construites avec les autres verbes, où il est considéré le sujet (indéterminé) de la proposition. Phénomène d'abord restreint à l'oral, il se repand dans l'écrit, allant jusqu'aux publications (articles des revues spécialisées, livres) des personnes hautement qualifiées dans le domaine des questions de langue, dont les exemples ont été utilisés pour illustrer ce changement d'interprétation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rosane de. Variação da ordem de constituintes em sentenças do português. Manuscrito. Publicado em *Estudos Linguísticos XIV, Anais do GEL*, Campinas, 1987.
- BARROS, Diana L.P.; MELLO, Zilda M.Z.C. Procedimentos e funções da correção na conversação. In: PRETI & URBANO (Org.), 1990. p. 13-58.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio: Fundo de Cultura, 1960.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O português culto falado no Brasil - história do projeto NURC/BR. In: PRETI & URBANO (Org.), 1990. p. 141-166.
- _____.(Org.) *A ordem do sujeito nominal no Português culto falado em São Paulo*. Versão preliminar, 1987.
- _____. *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Edit. da Unicamp, 1989.
- _____. *Gramática do português falado: v. I: a ordem*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1990.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2.ed. Rio: DES/MEC, s/d.
- CHEDIAK, Antônio José (Org.). *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio: MEC/DES, 1960.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso; SILVA, Luiz Antônio da; ROSA, Margaret de Miranda. O turno conversacional. In: PRETI & URBANO (Org.), 1990. p. 58-97.
- HAUY, Amíni Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.
- ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO (Org.), 1990. p. 63-142.
- LIRA, Solange de Azambuja. *Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1982.
- LUFT, Celso. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MILANEZ, Wânia. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1982.
- MOURA NEVES, Maria Helena. A questão da ordem na Gramática Tradicional. In: CASTILHO (Org.), 1990. p. 185-316.
- OMENA, Nelize Pires de. *As formas de referência da 1.ª pessoa, no plural*. Manuscrito inédito, 1987.
- PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- PONTES, Eunice S.L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática/Brasília: INL, 1986.
- _____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas : Pontes, 1987.

- PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson. Sobreposição de vozes numa perspectiva psicocultural e interacional. In: PRETI & URBANO (Org.), 1990. p. 99-137.
- _____. _____. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, estudos*. São Paulo: T.A.Queiroz/FAPESP, 1990. v.IV.
- ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 17.ed. Rio: José Olympio, 1974.
- ROSSI, Nelson. *Relatório*. In: PRETI & URBANO (org.), 1990, Apêndice III. p. 176-182.
- SOUZA, Constância M.Borges de. A concordância sujeito/verbo num dialeto baiano. In: CASTILHO (Org.), 1989.
- SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da língua portuguesa. Estudos e observações*. 5.ed. Rio: Acadêmica, 1956.
- TARALLO, Fernando; DUARTE, Maria Eugênia Lamogia. Processos de mudança lingüística em processo: a saliência vs. não-saliência de variantes. *Ilha do Desterro*, Florianópolis: 20:44-58. 2. sem. 1988.
- _____. KATO, Mary Aisawa. Rupturas na ordem de adjacência canônica no português falado. In: CASTILHO (Org.), 1990. p.29-62.
- TEYSSIER, Paul. *Manuel de langue portugaise (Portugal-Brésil)*. Paris: Klincksiek, 1976.
- URBANO, Hudinilson. *A ordem do sujeito no português falado*. Manuscrito, 1986.
- VOTRE, Sebastião J.; NARO, Anthony J. Inversão de sujeito na fala carioca. *Boletim da Abralin*, n.6, p.189-196, 1984.